

## APRESENTAÇÃO

---

Esta edição do Jornal de Políticas Educacionais dá sequência ao esforço que o JPE vem desenvolvendo de trazer artigos e abordagens inéditas e diferenciadas para os seus leitores, com o intuito de tanto divulgar os conhecimentos produzidos no campo, como de ampliar as formas de compreender o que é/são o/s objeto/s do campo.

Neste número, trazemos seis artigos, sendo cinco brasileiros e um argentino. No primeiro texto, os pesquisadores José Marcelino R. Pinto (USP-RP) e Paulo Sena Martins (Conle – Câmara dos Deputados) nos brindam com um trabalho muito interessante e criativo. Os autores tomam as posições apresentadas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), voltados a avaliar os elementos indicativos de um sistema nacional de educação e as bases para o seu financiamento, sob aquelas perspectivas dos pioneiros. O trabalho avalia o contexto de produção e publicação do Manifesto, os signatários, e analisa o documento propriamente dito. Ao final, produz um balanço preliminar e indica análises para além do próprio Manifesto, buscando cotejar os impactos na legislação e o aprofundamento das propostas de financiamento elaboradas por Anísio Teixeira.

O segundo artigo, de autoria de André S. da Silveira (Unilasalle), analisa os desafios na gestão educacional fazendo reflexões sobre o difícil papel do gestor e a complexa relação entre os diversos atores envolvidos no processo educacional. O autor gaúcho compara a gestão das organizações de educação com a gestão empresarial mas apresenta os elementos e particularidades do serviço educacional, principalmente pelo fato da escola ser uma instituição de influência e transformação da sociedade local. O texto discute a necessidade que as empresas estão tendo pela carência de mão de obra capacitada, o que as obriga em criar mecanismos como a chamada “educação corporativa” preenchendo uma lacuna que diz respeito ao mundo educacional. E, por fim, o artigo encerra a discussão refletindo sobre a difícil transição do educador para o gestor, o que exige dos profissionais um investimento de longo prazo no seu próprio capital intelectual até ser reconhecido como autoridade científica naquele campo em que atua.

Depois, temos o artigo de Ana Cristina P. de Oliveira, da PUC-Rio, cujo enfoque é a gestão escolar, mas em um contexto de reconhecimento da forte presença das avaliações externas. O trabalho da autora analisa a tarefa da equipe gestora de gerenciar a aplicação das avaliações externas instituídas pelas políticas nacional e local. O texto toma como referência os estudos sobre as escolas eficazes. A pesquisa empírica envolveu **observação** e **entrevistas** em uma escola do Rio de Janeiro. O artigo demonstra que os gestores parecem desenvolver estratégias de adaptação às novas políticas avaliativas, mas ressalta-se o excesso das novas demandas interferindo na rotina acadêmica da escola, ocasionando mudanças das funções do gestor.

O artigo seguinte é produzido por uma colega da UFPR, Valéria Milena H. Ferreira, e trata de analisar as relações entre as políticas de cidade e as políticas curriculares. A autora toma Curitiba como campo de sua investigação e analisa como os materiais curriculares produzidos pelo município tem evidências daquela relação. O texto observa que, embora na dada gestão municipal tenha ocorrido uma certa centralização curricular e em outra uma descentralização, propostas com encaminhamentos curriculares tão diferentes tiveram em comum um importante fio condutor: o projeto da cidade. O artigo explora a ideia de que o currículo oficial acabou por oferecer à escola uma análise conservadora da cidade, reforçando e incentivando o apolitismo das crianças e procurando conformá-las à imagem de uma cidade modelar em que as desigualdades ficam relegadas à invisibilidade.

O quinto artigo é de autoria de Afrânio M. Catani (USP) e Mário L. N. Azevedo (UEM), e busca analisar as possibilidades de estudos comparados em política educacional, bem como dos indicadores da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação, teoria elaborada por Roger Dale, à luz dos textos de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron.

Finalmente, o sexto e último artigo deste número, foi elaborado por Cesar Tello, da Universidad Tres Febrero, Argentina, e é importante para as discussões epistemológicas do campo de pesquisa em políticas educacionais. O texto apresenta algumas reflexões conceituais que estão sendo desenvolvidas no contexto do que o autor tem chamado das Epistemologias da Política Educacional, que tem por finalidade propor um esquema de análise sobre o campo de investigação em política educacional como um campo teórico, a partir de componentes que contribuem para a reflexão campo meta-analítica do campo. Assim, o texto propõe três argumentos a partir dos quais pode-se definir o objeto de estudo da política educacional, assumindo assim que a sua definição, modelo e abordagem é múltipla e multidimensional. O primeiro argumento está relacionado com a categoria de episteme de tempo, o segundo para a posição epistemológica do pesquisador e o terceiro diz respeito ao entrelaçamento dos traços históricos e o modo de nomear do campo teórico da política educacional.

Boa leitura a todos!

**Ângelo Ricardo de Souza**